

40° Encontro Anual da ANPOCS

ST09- Democracia e Desigualdades

**Deus Criou o Mundo e Nós Construimos o Conjunto Palmeira: Relatos de
Cidadania.**

Autora – Maria Fernanda de Sousa Rodrigues Aragão (Fernanda Rodrigues)

1 Apresentação.

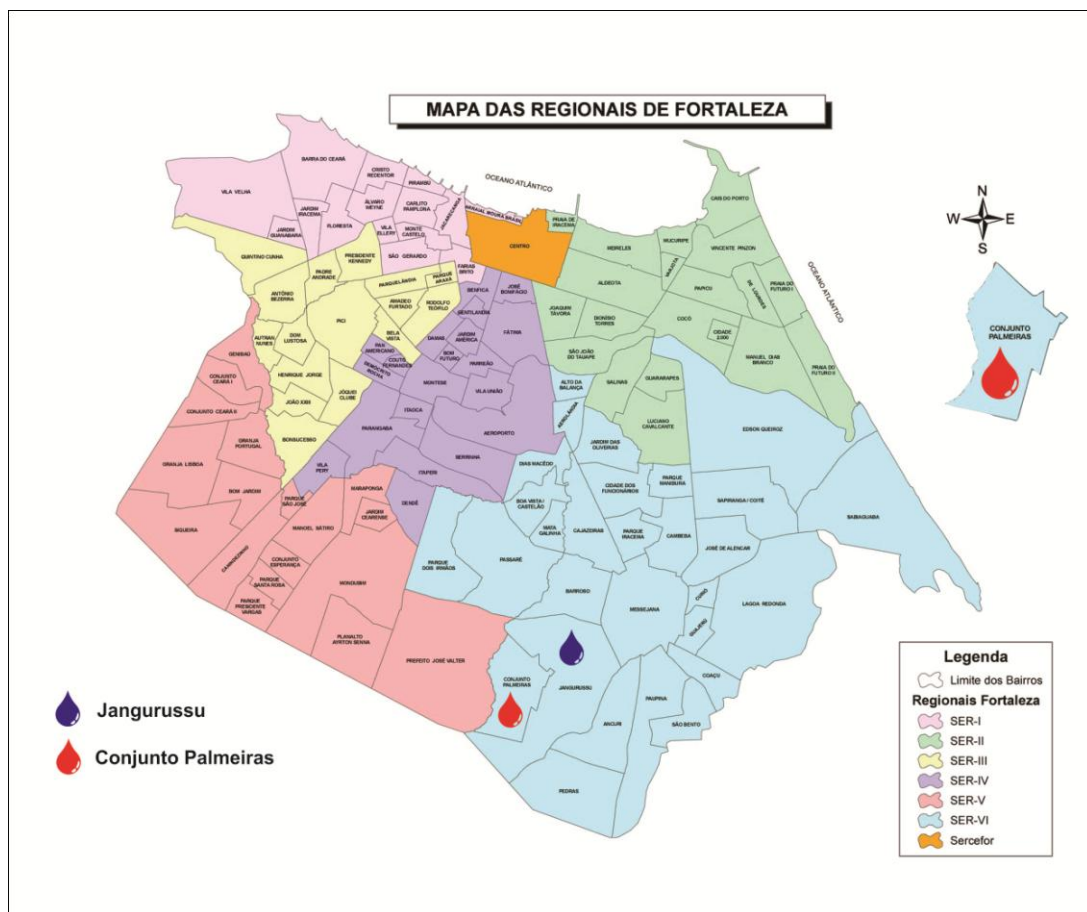
O Conjunto Palmeiras localizado na cidade de Fortaleza, região do nordeste brasileiro, é consequência de uma política de remanejamento decorrente do reordenamento espacial na referida cidade, ocorrido no período de 1973. Eram alvo dessas remoções pessoas provenientes de áreas de risco residentes em terrenos públicos e particulares, localizados no bairro Aldeota, nas favelas Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares, além dos desabrigados da favela do Lagamar. Nessa ocasião, foram removidas 143 famílias para a região sul da cidade, próximo à BR 116, onde hoje se situa o Conjunto Palmeiras. A transferência ocorreu em duas fases: a primeira, em 1973, como acima mencionado; e a segunda, em 1975.

O terreno para o qual foram deslocadas as famílias e que ao longo do tempo passou a constituir o que hoje é o Conjunto Palmeiras sediava, anteriormente, uma fazenda localizada nas proximidades da BR 116, principal via de acesso ao estado do Ceará. Relatos dos antigos moradores afirmam que, inicialmente, o lugar era impróprio para moradia, devido a área ser pantanosa e inundar com facilidade na estação chuvosa. Além disso, o terreno era atravessado por riachos, e, eventualmente, estes se transformavam em pequenas lagoas que desaguavam no rio Cocó¹. Segundo ainda os moradores, não existiam vias adequadas para locomoção no bairro, assim como nenhuma infraestrutura: calçamento, serviços de esgotos, escolas, posto de saúde, água potável. Em relação à moradia, foram improvisadas e entregues às famílias barracas de lona medindo, cada uma, doze metros. Paulatinamente, a Prefeitura Municipal de Fortaleza demarcou o Conjunto Palmeiras em 100 quadras com 36 lotes de 200 m² cada um. Em seguida, com o crescimento da população, o tamanho do lote foi reduzido a 160 m² ou 120 m² (TOSCANO, 2002, p. 9). Em relação ao transporte público, segundo informações dos antigos moradores, havia, eventualmente, um caminhão disponibilizado pelo poder público municipal para o transporte dos moradores com

¹ O Rio Cocó faz parte da bacia dos rios do litoral leste cearense. Sua bacia hidrográfica localiza-se numa área de aproximadamente 485 km², com um comprimento total do rio principal de cerca de 50 km. O Rio Cocó nasce na vertente oriental da Serra da Aratanha e, nos seus 50 km de percurso, passa por três municípios, Pacatuba, Maracanaú e Fortaleza, para desaguar no Oceano Atlântico, nos limites das praias do Caça e Pesca e Sabiaguaba. (CEARÁ. Parque ecológico do rio Cocó. *Superintendência Estadual do Meio Ambiente*. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/paque-ecologico-do-rio-coco/>>. Acesso em: 13 jan. 2012.)

único itinerário, o centro da cidade de Fortaleza, cujo horário era prefixado. Dessa maneira, há aproximadamente 39 anos começava a constituição do Conjunto Palmeiras²

Contam os primeiros moradores que o lugar destinado à construção do Conjunto Palmeiras era desprovido de infraestrutura, a começar pela falta de moradias, de água potável, energia e transporte público. Além disto, não havia equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, praças, dentre outros. Após uma longa mobilização das lideranças e moradores locais, no ano de 2007, o Conjunto Palmeiras, até então considerado favela, passou a ser considerado como bairro pela administração de Luiziane de Oliveira Lins, prefeita de Fortaleza nos períodos 2004 a 2008 e 2009 a 2012.



De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, a população

² A reportagem discorre sobre o deslocamento dos moradores do recém-criado Conjunto Palmeiras para o Centro de Fortaleza, devido à falta de estrutura do percurso à favela, além de abordar a inexistência do transporte público. A matéria lembra ainda que a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Fundação do Serviço Social, “[...] compensa a ausência deste elemento com a manutenção de um caminhão para transporte dos habitantes da nova comunidade, gratuitamente, partindo às 5h30min rumo ao centro e retornando às 19 horas, todos os dias”. (A nova retirada) *O Povo*, Fortaleza, 22 nov. 1974).

residente no Conjunto Palmeiras é de 36.599 pessoas. Deste total, 59,90% concentram-se nas faixas etárias entre 0 a 29 anos, enquanto que apenas 10,9% da população referem-se à faixa etária superior a 50 anos. Já 29,2% estão entre 30 e 49 anos.

O Conjunto Palmeiras é uma das primeiras localidades brasileiras em que uma gama de ações, gestadas para encontrar respostas locais à lógica excludente do capitalismo contemporâneo, gradativamente, foi sendo incluída no rol das denominadas iniciativas ou experiências solidárias.

Em meados de 2000, tais iniciativas ganharam um novo estatuto ao se tornarem política de Governo com a criação, no ano de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)

Dentre as ações estrategicamente elaboradas por lideranças e instituições locais, tem-se, inicialmente, o Banco Palmas e o cartão de crédito *Palmacard*. Se estas ações não proporcionaram de imediato resultados expressivos quanto à geração de trabalho e renda para os habitantes, conferiram maior visibilidade ao bairro, que passou a ser alvo de distintos segmentos sociais como a academia, a mídia, dentre outros, que realizavam menções positivas com relação ao processo de reivindicações protagonizado pelas lideranças daquele bairro.

Vale destacar que o desenvolvimento das iniciativas do Conjunto Palmeiras articulava-se com inúmeras mobilizações (fóruns, seminários) que aconteciam no Brasil e no mundo, quando se discutiam questões sociais relevantes como o desemprego, a miséria e a pobreza, além da questão ambiental. Dentre estas mobilizações, destaca-se o Fórum Social Mundial, que se tornou um expressivo evento por congregar movimentos sociais e intelectuais de diversos países que discutiam as questões emergentes.

Já na primeira década do presente século, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e o Banco Palmas desenvolveram outras iniciativas de repercussão semelhante às duas primeiras, como, por exemplo: a *Palmalimpe* (material de limpeza), a *Palma Fashion* (cooperativa de costureiras) e a *Companhia de Música Bate Palmas*, dentre outras iniciativas, além de uma moeda social (o *Palma*). Ainda nesse período a coordenação destas experiências fundou o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, que passou a mediar as relações institucionais, como, por exemplo, assinaturas de convênios com organismos governamentais.

Posto isto, quero nesta comunicação, apresentar i) os embates locais e sua inter-relação com as lutas mais amplas do movimento social, ii) a imagem de um bairro

“de lutas”, e solidário e, iii) como os relatos das lutas e da imagem do bairro solidário são ritualizados.

2 Conjunto Palmeiras e as Interfaces com o Movimento Social

Pretendo mostrar, no presente tópico, períodos do movimento social, articulando-os aos processos das mobilizações sociais ocorridas na construção do bairro do Conjunto Palmeiras. Para tanto, lanço mão do acervo teórico sobre os movimentos sociais presentes nos estudos de Glória Maria Gohn, Elza Braga e Ilse Scherer-Warren, dentre outros. Parte destes estudos privilegia o protagonismo do movimento social, tomando como base a relação deste ator social com o Estado; outros tencionam entender as conjunturas que permeiam as ações simbólicas, ou não incorporadas, no campo das mobilizações sociais, no sentido de melhoria da vida diante das estruturas constituídas.

As mobilizações sociais impetradas pelas lideranças do Conjunto Palmeiras resultaram em um conjunto de benfeitorias para o bairro, as quais passaram a ser incorporadas aos relatos sobre a construção da referida área, a exemplo das construções das moradias, a instalação da energia elétrica, da água potável, da pavimentação, do sistema de esgotamento sanitário³. Apesar de não ser intenção deste trabalho aprofundar a discussão teórica acerca dos movimentos sociais quero, contudo, delinear a conjuntura do movimento social observando sua agenda de reivindicações perante o Estado, no esforço de revelar a inserção do Conjunto Palmeiras. Pretendo construir um caminho para que o leitor apreenda o conteúdo dos próximos tópicos, como a cartografia do bairro, tanto do ponto de vista das instituições oficiais como dos relatos das lideranças locais.

Discutindo sobre o movimento social pela moradia na cidade de Fortaleza, Elza Braga (1995) afirma que os primeiros registros de mobilizações ocorreram na década de 1950, quando da reivindicação pela posse da terra, o que provocou um confronto direto entre setores populares e proprietários. Nesse período, formaram-se as favelas Verdes Mares, Lagamar, Poço da Draga e Pirambu.⁴ A autora destaca, ainda, a importância do Pirambu pelo seu poder de organização. Braga lembra a passeata que

³ Tratarei sobre as mobilizações sociais dos moradores do Conjunto Palmeiras no segundo capítulo.

⁴ Conforme Braga (1995) inicialmente, estes aglomerados se localizam próximo ao centro da cidade e/ou em zonas de trabalho. A partir da década de 1980, a formação de novas favelas e recentes ocupações ocorrem, na maior parte, em áreas periféricas que têm nível de valorização relativamente baixo (BRAGA, 1992, p.128).

saiu da favela do Pirambu com destino ao Centro da cidade de Fortaleza, com a participação de 30 mil pessoas, percorrendo 4 km. De acordo com essa autora, o conjunto de mobilizações realizado pelos moradores desencadeou, entre os anos 1960 e 1962, a regularização jurídica da posse da terra. Conclui Braga que essa especificidade do Pirambu é de fundamental importância para os embates seguintes no tocante à questão da moradia.

No decurso da sua análise, Braga (1995) lembra que, em meados da década de 1970, o cenário em que está inserido o movimento social se caracteriza por ações voltadas para novas práticas direcionadas aos direitos sociais. Isto, segundo a autora, após um longo período marcado pela repressão dos direitos civis. Assim, as forças populares passaram a se expressar por meio de atores sociais, com suas energias latentes, que os anos de ditadura não conseguiram destruir (BRAGA, 1995, p. 63). Diz ainda a autora que, no bojo destas práticas protagonizadas pela sociedade civil, cabia tanto uma nova prática de fazer política como uma maneira distinta de organização social (BRAGA, 1995, p. 63).

Nesse período, a referida autora destaca a organização pela terra na Avenida José Bastos (1978-1979), que teve repercussões no movimento popular da cidade de Fortaleza⁵. A mobilização realizada pelos moradores tornou-se uma referência dentro do movimento social no que diz respeito às estratégias utilizadas pelo direito à moradia. Para Irllys Barreira (1992), o movimento de bairro passou a se constituir como um cenário fundamental, representando “[...] a possibilidade de aglutinar experiências associativas capazes de tecer fios de solidariedade dispersos pela imposição do autoritarismo: espaço de resistência e sociabilidade” (BARREIRA, 1992, p. 23).

De acordo com Braga (1995, p. 142), ainda na década de 1970, surgiu o Movimento Interbairros, composto pelas associações de moradores, com forte presença da Igreja Católica; pelos partidos políticos considerados de esquerda; e pelas Organizações não Governamentais (ONGs). Segundo Braga (1995,141), a finalidade deste movimento assentava-se em “[...] coordenar as lutas isoladas nos bairros”. A autora diz que isto ocorreu devido às mobilizações sociais pela moradia, educação e saúde, que ocorriam de maneira isolada, pautadas em necessidades imediatas. Nesse sentido, conforme a autora, o Movimento Interbairro passou a dar às lutas, antes

⁵ De acordo com Elza Braga (1992, p.132), muitos dos habitantes consideram que a luta da favela José Bastos representou uma derrota, dado que os mesmos foram desalojados e transferidos para o Conjunto São Miguel, localizado na periferia da cidade de [Fortaleza].

isoladas, a ideia de um conjunto. Em geral, as mobilizações giravam em torno da necessidade da água potável, da energia elétrica, das escolas, dos postos de saúde, itens escassos nos bairros e favelas da periferia da cidade de Fortaleza.

Glória Gohn (2000), ao tratar os movimentos sociais populares, chama a atenção para o relevante papel da Igreja Católica, em especial dos setores vinculados à Teologia da Libertação, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base⁶ (CEBs), que passaram a exercer uma grande influência política nas organizações populares. As CEBs eram formadas por pequenos grupos de animadores locais responsáveis pela articulação de reuniões que ocorriam nas favelas, nos morros, nos bairros, além da zona rural.

Deslocando o meu olhar para os estudos sobre o Conjunto Palmeiras no que tange à organização social do bairro, deparo-me com os estudos de Paulo Ernando Nogueira Barbosa e Kelma Socorro Lopes de Matos, ambos publicados no ano de 2001. Barbosa trata da importância das CEBs na organização social do bairro. Nesse sentido, argumenta o autor (2002, p. 112), as CEBs proporcionaram espaços de discussão sobre o papel do morador na construção de espaços de vivências comunitárias. Ainda segundo Barbosa, foram as CEBs, por exemplo, uma das principais articuladoras e mobilizadoras dos moradores do Conjunto Palmeiras no acompanhamento às mulheres, às crianças, aos jovens, aos trabalhadores, aos desempregados, na formação política, na defesa da construção da cidadania. Assim, afirma Barbosa que as CEBs do Conjunto Palmeiras estão espalhadas nas várias atividades dos grupos (BARBOSA, 2001, p.112).

A afirmação de Barbosa pode ser observada nos relatos das lideranças do Conjunto Palmeiras quando estes dizem que as CEBs foram fundamentais no processo da construção do bairro, alicerçando espaços fecundos de cidadania. Também ficou evidente nas conversas com as lideranças que a presença das CEBs no Conjunto Palmeiras somava-se a outras estratégias para a melhoria do bairro, como a criação da associação de moradores, a participação das lideranças locais em organizações mais amplas, a exemplo da Federação e Associação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), e da União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF). As lideranças locais também participavam de organizações de cunho reivindicatório que se fortaleciam na cidade de Fortaleza. Tudo isto foi conferindo ao Conjunto Palmeiras um

⁶ A partir dos anos 1975/1976, a Igreja Católica rearticulou os processos de organização dos setores populares, particularmente na periferia de São Paulo, alcançando, posteriormente, as várias regiões do País. Este processo ganhou mais força depois do Encontro de Medellín (1978) que, inspirado na Teologia da Libertação, definiu como posição da Igreja Católica na América Latina, a chamada “opção preferencial pelos pobres” e, no Brasil, impulsionou a criação das “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs), com ampla expressão nacional. (BRAGA, 1995, p. 64).

status de bairro organizado e coeso em se tratando das mobilizações sociais. Sobre a importância da presença das CEBs no bairro, Joaquim Melo coordenador do Banco Palmas, afirma:

Eu acho que a Igreja Católica teve um papel muito importante no seu princípio, nos anos 80, com Padre Jacó, Padre Zé Maria, de onde veio o Seu Augusto com a funerária comunitária; na época que não tinha nada, eles criaram a solidariedade da sobrevivência, a casa de parto, tínhamos padres daquela época que fizeram uma contribuição muito forte, uma solidariedade chamada assistencialista, mas que naquela época era muito importante, que criava um espírito solidário entre as pessoas; depois, todo da minha década de seminarista, que vai de 1984 a 1988, com a igreja da libertação, onde chega as CEBs da Igreja Católica, teoria da libertação, onde o Augusto militou muito forte. Depois, toda a década de Padre Chico, que era a pessoa que trabalhava muito forte toda essa coisa da cooperação, da solidariedade e organização comunitária de luta coletiva, até 2009; isso foi muito forte [a presença da Igreja Católica].

(Depoimento do Coordenador do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo. Entrevista concedida em 12 de abril de 2012).

Kelma Matos (2002, p. 31), analisando o movimento de bairros na cidade de Fortaleza, ressalta em seu estudo que o “[...] Conjunto Palmeiras tornou-se um exemplo de uma interação que não se perdeu, porque investiu em uma organização democrática”. Ainda sobre a organização do bairro, a referida autora afirma que o Conjunto Palmeiras é protagonista de práticas sociais que o tornam exemplo para o movimento popular (MATOS, 2002, p. 32).

De acordo com Braga (1995, p. 64), nestas novas práticas comunitárias, percebia-se a importância da “[...] participação coletiva”, “[...] da autonomia das organizações frente ao Estado, aos partidos políticos e à democracia a partir das bases”. Braga ressalta também que havia nestes grupos diversas formas de solidariedade que consolidavam as experiências de autonomia, na qual, a partir da aprendizagem do cotidiano, o futuro era objeto de reflexão. (BRAGA, 1995, p. 64).

Para Braga (1995, p. 63), essa inovação referente ao movimento social, exigiu dos estudiosos do tema, novos “esquemas conceituais” que dessem conta da realidade que afluía. Nesta mesma direção, Gohn (2000) adverte que as matrizes que naquele período orientavam a ideia da autonomia dos movimentos sociais do ponto de vista teórico-metodológico soavam difusas e ocorriam em torno dos ideais do “socialismo libertário” e do “anarquismo”. Analisando a partir do escopo teórico já publicado sobre os movimentos sociais, Gohn (2000, p. 21) conclui que os movimentos sociais “[...] transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e

organizações sociais”. Dessa maneira, lembra a autora que os movimentos sociais em geral estão interrogando as estruturas e propondo novas formas de organização na sociedade política (GOHN, 2000). Ainda na perspectiva de conceituar o movimento social, Gohn (2000, p. 251-252) assegura que:

Os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômico e política de um país, criando sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade em comum.

[...] os movimentos sociais participam, portanto, da mudança social, histórica de um país, e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes, é dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com as agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

As considerações de Gohn (2000) revelam claramente a importância das ações protagonizadas pelos movimentos sociais e seu papel relevante no que diz respeito às mudanças ou não de uma determinada sociedade. Para a autora, os movimentos sociais estão ancorados em organizações sociais civis, as quais cumprem uma agenda focada nas questões econômicas, sociais e culturais.

Aportando meu olhar sobre os relatos teóricos até o momento, percebo que o entendimento sobre os movimentos sociais converge para interpretações que, embora ditas de maneiras distintas, assentam-se na importância dos movimentos sociais em diferentes esferas da vida social.

De maneira particular, direciono minha atenção para as mobilizações ocorridas no Conjunto Palmeiras. Faço isto, a partir da interpretação de Braga (1995, p. 63), quando lembra que: “Convém recordar que, no Brasil, os movimentos sociais surgiram, todavia, em um contexto político repressivo, onde as forças populares se expressavam através de autores sociais com suas energias latentes, que os anos da ditadura não conseguiram destruir”.

No trecho acima, Braga descreve uma das características marcantes do movimento social das décadas posteriores ao período da Ditadura Militar. Embora, de maneira tímida, é possível, conforme assinala a autora acima, observar que as

mobilizações sociais realizadas em praças e ruas pautavam-se em temas reivindicatórios dos movimentos sociais, em geral direcionados ao Estado.

No caso do Conjunto Palmeiras, pude observar, por meio dos depoimentos das lideranças locais,⁷ relatos sobre as mobilizações datadas deste período, que versavam em torno das melhorias para o bairro, a exemplo da construção de escolas, da pavimentação, dos postos de saúde, do transporte público, dentre outros. Veja-se o depoimento abaixo:

Fizemos muitas lutas, já passamos fome, já passamos sete dias ali no CAMBEBA⁸; olhe, companheiros, nesse dias nós apanhamos tanto, mas tanto... Eu levei muita porrada da polícia entre a época do Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Porque o governador Gonzaga Mota, ele também fazia muita repressão, mas não era tanto como Tasso Jereissati. A repressão feita pelo Tasso Jereissati era muito forte. A polícia veio, quis invadir minha casa, aqui tinha uns padres que sempre apoiava a gente, Padre Jacó, Padre Zé Maria, Padre Chico, Padre Luis sempre dava um apoio, claro que a gente contava com ajuda desse pessoal, mas independente deles, a gente ia pra luta. Isso era na década de 1980.

(Depoimento do Augusto, Presidente da Associação Beneficente de Valorização à Vida – ABVV. Entrevista concedida no dia 30 abril de 2012).

Teve a luta do INAM, que também foi muito grande. Nós lotamo aqui dois ônibus. INAM era um projeto que existia do Governo Federal que distribuía uma cesta básica que vinha o óleo, o açúcar, o arroz. Aí ele [Governador] cortou dos posto, porque aonde tivesse o posto do município não era pra distribuir, só onde tivesse posto do estado. Aí [Prefeito] ele cortou os posto, porque aonde tivesse o posto do município não era pra distribuir, só onde tivesse posto do estado. Mas aí, quando o nosso aqui foi cortado, a gente lotou dois ôniibu, a comunidade naquela época lutava [década de 1980], fizemo caldeirão de baião de dois, botamo dentro desse ôniibu e, se mandamo de Secretaria e Secretaria. Chegamo lá no Cesar Neto⁹, que ele que era o Prefeito daquela época, entrou a comissão, nós sentamo ele, fizemo ele telefonar pra Secretaria de Saúde pra dizer pra nós que não ia tirar o INAM dos posto do município. Aí ele garantiu que não ia tirar porque tinha sido uma conquista nossa.

(Depoimento de Marinete Brito da Silva, liderança do Conjunto Palmeiras. Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2012).

Essa estratégia de organização do movimento social de bairro protagonizado pelas lideranças e entidades locais tinha um propósito de exercer uma solidariedade que funcionava como uma ferramenta para o fortalecimento e a articulação em torno da escassez dos serviços nos bairros, por meio de acampamentos e passeatas em órgãos governamentais. Esse deslocamento das lideranças e dos moradores para determinados órgãos públicos, além de evidenciar as precárias condições de vida na periferia,

⁷ Analisaremos alguns destes depoimentos no segundo capítulo do livro.

⁸ Sede do governo do estado do Ceará.

⁹ César Cals de Oliveira Neto foi Prefeito de Fortaleza no período de 1983 a 1985.

demonstrava os conflitos entre os movimentos sociais e o Estado. Sobre isto, afirma Braga (1995, p. 68):

Pode-se dizer que no cenário da sociedade brasileira, até 1982, predominava, nos movimentos sociais, a postura de resistência frente ao Estado, que mantinha seus instrumentos repressivos e, por sua vez, desconhecia os movimentos sociais como legítimos interlocutores das demandas populares. Não obstante, nesse período, o processo de organização alcançou avanços significativos; os conflitos e os enfrentamentos com o Estado se expressavam através de lutas, que se concretizaram em distintas formas: passeatas, reivindicações, acampamentos, etc. Todas essas manifestações se concretizam ao nível local e nacional, com intensidade e expressão políticas.

Reforçando a análise da autora sobre a postura dos movimentos sociais no que concerne às suas reivindicações frente ao estado, trago abaixo duas reportagens que tratam de forma particular de ações protagonizadas pelos moradores do Conjunto Palmeiras. A primeira menciona a pressão dos moradores do bairro à Companhia de Esgoto do Ceará (Cagece) para conquistar o direito à água potável, intitulada *Palmeiras pede água e ameaça furar adutoras*. A segunda reportagem trata sobre a transferência de um servidor público solicitada pelas lideranças locais: *Palmeiras quer o afastamento de assistente*.

Devido ao término do prazo oferecido à Companhia de Esgoto do Ceará (Cagece), para iniciar os trabalhos de encanamento d'água nas casas do bairro, os moradores do Conjunto Palmeiras realizaram uma nova manifestação na manhã de ontem defronte ao órgão. Na ocasião, conheceram o projeto para a concretização das obras e decidiram prorrogar o período por mais 45 dias.

Segundo informou Maria Auxiliadora Andrade, Presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, caso a Cagece não inicie as obras dentro desse prazo, “Nós vamos furar mesmo os canos da tubulação da Cagece que passam em baixo de nosso Conjunto”. Disse ainda que a campanha “Não Dá pra Esperar, Água Encanada já”, iniciada no dia 15 de setembro, vai continuar com a mesma motivação que vem sendo feita em todo o bairro.

Por sua vez, o Diretor Técnico da Cagece, Roberto Sérgio, informou que o projeto de encanamento d'água nas casas do Conjunto Palmeiras já está concluído, como também o orçamento de material e serviços. No entanto – prosseguiu – o início das obras só está na dependência da saída do edital de licitação.

(Matéria veiculada no jornal O Povo, no dia 17 de outubro de 1987).

Em correspondência enviada à Superintendente da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, Alba Pinho Carvalho, o Movimento Popular do Conjunto Palmeiras, representado por diversas entidades, solicita o afastamento da assistente social Márcia Verônica, lotada na Unidade de Profissionalização e Atendimento ao Menor, e responsável por esse trabalho na comunidade. A servidora municipal é acusada de não comparecer ao trabalho, assiduamente, e de caluniar membros do Movimento Popular e funcionários da Upam. O pedido de desligamento da funcionária feito pelo Movimento Popular, datado de 27 de agosto, afirma que a assistente social, trabalhando há vários anos na Upam, em nada contribuiu para a comunidade e especifica que, no mês de junho, Márcia Verônica compareceu ao trabalho apenas três dias e, no mês de

julho, dois. Os representantes das diversas entidades que assinam a correspondência questionam a utilidade do salário pago à assistente social com “o dinheiro do povo”.

(Matéria veiculada no jornal *O Povo*, no dia 30 de agosto de 1987).

O conteúdo da primeira reportagem trata da presença do movimento social no bairro, bem como das estratégias utilizadas com o intuito de demonstrar a força que detinha a organização social, ao afirmar nos meios de comunicação a intenção de “[...] furar os canos da tubulação da Cagece”. Observando ainda o teor da reportagem, é possível notar que havia um enfrentamento: de um lado um movimento social com suas demandas claras e urgentes, do outro, um Estado que timidamente abria canais de comunicação com o movimento.

Nota-se, na segunda reportagem, a ideia de coesão e solidariedade em torno do bairro e de suas lideranças, assim como a identificação das entidades locais que se entrelaçam na construção da imagem de um bairro unido.

Para refletir sobre o cenário que permeava as ações articuladas pelas lideranças do Conjunto Palmeiras, trago a discussão de Gohn (2000). Esta autora afirma que, na década de 1980, os movimentos sociais se caracterizavam por novas lutas: articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos dos desempregados; movimento pela saúde (GOHN, 2000, p. 278). Os movimentos sociais criaram, nos anos 1980, um paradigma da ação social, conferindo legitimidade a si mesmos, enquanto portadores de direitos legítimos e deslegitimando as políticas que os ignoram (GOHN, 2000, p. 318).

Ainda segundo Gohn (2000), na década de 1990, redefine-se o cenário de mobilizações e combates. Para este novo contexto, afirma a autora, desloca-se o eixo das reivindicações do movimento popular, anteriormente pautado em questões de infraestrutura, como transporte público, saúde, moradia. Dessa nova fase, adverte a autora, o movimento social baseia-se fundamentalmente em “[...] reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadoria para consumo individual de alimentos” (GOHN, 2000, p. 309).

A esse contexto, salienta Gohn (2000), somam-se as questões do desemprego e subemprego crescentes, com expressivos impactos, potencializando fenômenos que agravam cada vez mais o quadro de exclusão social e miséria,

desenvolvidos também dentro de uma realidade global, atingindo, fundamentalmente os países mais pobres e em desenvolvimento.

Luis Razeto (1993) aponta que as diferenças do movimento social da década de 1980, do movimento social popular da década de 1990, assentam-se em ações com ênfase às alternativas solidárias e partem das necessidades que devem ser trabalhadas coletivamente, e não apenas das que são demandadas ao Estado. Os beneficiários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. Este processo, segundo Gohn (2000), constitui-se mediante redes formadas pelas lideranças do movimento em décadas anteriores, e que, por meio da prática política, vão se constituindo em novos sujeitos da comunidade local, objetivando dar sustentabilidade a redes sociais que passam a girar em torno do fazer, do movimentar processos de produção, que gerem produtos e empregos na economia informal, na economia popular.

Se o movimento da década de 1970/1980 era de embates diretos com o Estado, os quais ocorriam por meio de ocupações de prédios públicos, dentre outras ações, nas décadas seguintes observa-se um recuo nesta estratégia utilizada nas manifestações, e percebe-se um redirecionamento na maneira de reivindicar, assim como na postura dos movimentos sociais em relação ao Estado.

Gohn (2000) ressalta a relação do movimento social da década de 1990 com o Estado. Nessa direção, diz a autora:

Portanto, a relação da sociedade civil organizada com o Estado é de outra natureza nos [19]90, bem distinta dos confrontos nos anos do regime militar; ou das negociações, assembleias e consultas populares dos primeiros anos da Nova República. Hoje as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato. (GOHN, 2000, p. 318).

Dessa maneira, complementa a autora, os movimentos sociais passaram a ver o Estado, não mais como “o inimigo”, como nos anos 1970/1980, mas como um “[...] interlocutor, um possível parceiro”. Contudo, Gohn (2000) adverte que esta nova relação movimento social e Estado ocorre numa arena de disputas políticas em que as demandas têm significados distintos.

Discutindo sobre a postura dos movimentos sociais em diversos momentos históricos Ilse Scherer-Warren (2006, p. 110-111) afirma que:

Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada

sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Para citar apenas alguns exemplos dessas organizações localizadas: núcleos dos movimentos de sem-terra, sem-teto, piqueteiros, empreendimentos solidários, associações de bairro, etc.

Nesta nova conjuntura em que os movimentos sociais se encontram, está o movimento social do Conjunto Palmeiras, que, desde meados da década de 1990, desenvolve experiências em torno da economia solidária, bem como processos de mobilizações vivenciadas em décadas anteriores. Situado, desse modo, a postura do movimento social do Conjunto Palmeiras perante as novas formas da relação com o Estado. Vejo isto de maneira clara na relação construída nos últimos anos, de maneira especial no trato com as questões que envolvem o tema da economia solidária, período em que se observa a forte presença tanto do Governo Estadual como do Federal – a exemplo da criação dos bancos comunitários e da moeda social em diversas cidades brasileiras com *status* de política de governo. Além de outras parcerias firmadas ao longo da criação do Banco Palmas com instituições governamentais, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, dentre outras.

3 Relatos Contemporâneos: as Iniciativas Ditas Solidárias

Sandra Gadelha (2002), ao estudar as lideranças do Conjunto Palmeiras, indica que a organização social do bairro não ocorreu de forma espontânea. Segundo a autora, essa estruturação teve origem no trabalho educativo do Projeto Rondon, ligado ao trabalho de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), à Fundação para Assistência Social e Educacional (FASE), à Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), a partidos políticos, à época considerados pela autora como de esquerda – Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) –, e às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) (GADELHA, 2002, p. 40).

A autora aponta três importantes momentos da organização social do bairro: o primeiro ocorre no período de 1974 a 1984, com a presença do Estado “[...] e medidas de cunho assistencialista”, por meio das políticas implementadas no Centro Social Urbano (CSU) Prefeito Evandro Aires de Moura, e a interferência desse órgão na organização social do bairro pela indicação dos representantes de quadra¹⁰, provocando

¹⁰A partir de 1979, há abertura de novas quadras, repercutindo diretamente no crescimento populacional do bairro.

um confronto direto entre os moradores que, à época, constituíam a primeira associação de moradores, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCNP).

O segundo momento indicado por Gadelha compreende o período de 1986 a 1988. Destaca-se, segundo a autora, a eleição de Maria Luíza Fontenele para Prefeita do Município de Fortaleza e a nomeação de lideranças do bairro para direção do CSU e da UPAM. Essa conjuntura abre canais diretos das lideranças com os órgãos representativos da administração. Além disso, afirma a autora, possibilita “[...] novos aprendizados, os quais, apropriados pelas lideranças, conferem-lhes maior segurança e autonomia na relação que desde então mantêm com várias instâncias governamentais” (GADELHA, 2002, p. 41).

O terceiro momento sugerido pela autora ocorre a partir de 1989, coincidindo com o fim do governo da prefeita Maria Luiza Fontenele e início da gestão do prefeito Ciro Ferreira Gomes. Com isto, adverte a autora, apesar da forte presença de políticas assistencialistas, “[...] o Estado já não se furta e muitas vezes até busca a interlocução com os movimentos populares (GADELHA, 2002, p. 41). Contudo, esse modelo de gestão ancorado em Programas e Projetos proporcionou remuneração para representantes de entidades populares, alicerçando com isso a autonomia dessas entidades e suas lideranças. No caso do Conjunto Palmeiras, esse modelo, argumenta a autora, proporcionou, em relação a algumas lideranças, uma posição contrária a esta prática.

O interessante a notar é que os períodos destacados acima apontam importantes acontecimentos vivenciados no bairro como, por exemplo, a criação de entidades representativas do bairro, como os líderes de quadra e da associação de moradores do bairro, a participação de lideranças na administração pública, dentre outros.

Os períodos citados por Gadelha podem ser também compreendidos não como recorte temporal, mas relativo aos acontecimentos que passaram a fazer parte da memória de luta no bairro. Além dos já citados, considerando as entrevistas com as lideranças, eu acrescentaria a luta pelos serviços básicos, por transporte, por moradia. Como também os grandes seminários e as primeiras publicações e mobilizações internas sobre o bairro.

Do exposto, acrescento um quarto momento, necessariamente vinculado aos demais elencados pela autora, surgido no final da década de 1990 e que vai até aos dias atuais, ocasião em que são criadas as iniciativas ditas solidárias no Conjunto Palmeiras.

A partir do ano mencionado acima, os relatos sobre o bairro passaram a incorporar, além da imagem de um bairro “de lutas”, também a de um bairro solidário. O presente tópico é subsidiado por esses relatos no intuito de compreender como se deu esse processo no bairro. Ou, mais especificamente, como surge e de que modo surge a imagem do bairro vinculada à solidariedade?

Conforme os trabalhos acadêmicos a que tive acesso no transcurso da pesquisa de doutoramento, posso afirmar que, até o final da década de 1990, os estudos sobre o bairro discorriam sobre os temas: movimentos de bairros, lideranças comunitárias, rádios comunitárias, comunidades eclesiais de base no bairro, política e comunidade, dentre outros. A exemplo dos trabalhos acadêmicos escritos no ano de 2002 por Matos, Carvalho, Mattos, Oliveira, Gadelha e Barbosa.

Evidentemente, em proporções ínfimas, se comparada com a situação atual, o bairro era citado como solidário por esses autores, mas uma solidariedade referida à união e como sinônimo de lutas. Como no artigo elaborado por Carvalho (2002, p. 45), onde a autora conclui, em um determinado trecho, que as relações comunitárias vivenciadas pelo bairro são observadas pelas lideranças como espaços de “[...] construções de relações harmônicas de solidariedade”.

A partir do ano 2000, surgem novas pesquisas de cunho acadêmico sobre o bairro. Essas pesquisas, assim como livros e brochuras, vão abordar a temática da solidariedade¹¹. Evidentemente, é provável que junto a este tema encontrem-se outros, mas, no geral, a discussão em torno da solidariedade ganha mais destaque. É interessante salientar que a maioria desses estudos centra suas observações exatamente nas iniciativas ditas solidárias¹² empreendidas pela associação de moradores. Nesse sentido, um dos primeiros registros foi a dissertação de mestrado de Rodrigues (2003), intitulada *Socioeconomia solidária: tecendo novas relações sociais no Conjunto Palmeiras*.

¹¹ Ver os estudos: a) RODRIGUES, Fernanda. Banco Palmas: rituais de cidadania. In: RODRIGUES, Lea. *Rituais, dramas e performance*. Fortaleza: EDUFC, 2011; b) RODRIGUES, Fernanda. *Socioeconomia solidária: tecendo novas relações sociais no Conjunto Palmeiras*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003; c) PAULINO, Antonio George Lopes. *Economia solidária como um projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008; d) JÚNIOR, Gildásio Santana. *Economia solidária – conceito, práticas e gênese: uma apresentação da temática. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista (BA)*, ano 3, n. 3, p. 81-92, 2005; e) FIGUEIREDO, Monique. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza (CE). *Revista Direito: Temas Contemporâneos*, São Paulo, v. 7, n. 1, jan./jun. 2011.

¹² Pesquisando o sítio do *Google*, é possível encontrar, somente em português, 8.470 informações sobre as iniciativas solidárias.

Lechat (2002), em minucioso estudo sobre a temática da solidariedade no Brasil, explicita que as iniciativas solidárias ressurgem na década de 1980 e passam a “circular” em meados da década seguinte, em âmbito nacional e mundial. Segundo a autora, essas iniciativas se desenvolveram no Brasil com “[...] um perfil muito específico dadas as circunstâncias sociopolíticas existentes.” (LECHAT, 2002, p. 12). Por esta razão, argumenta Lechat (2002), as iniciativas passaram a se diferenciar das empreendidas pelo terceiro setor, como também dos programas e projetos no âmbito do programa governamental chamado Comunidade Solidária¹³, criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no ano de 1995.

Apropriando-se do significado dado à categoria economia solidária, a autora diz que esta se refere “[...] à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas autogestionárias e solidárias na produção de serviços e na comercialização.” (LECHAT, 2002, p. 3).

Concomitantemente ao desenvolvimento das iniciativas ditas solidárias, emergem discussões teóricas sempre renovadas a esse respeito. Esse modelo de organização social passa a ser categorizado, no Brasil, de economia solidária ou socioeconomia solidária.

Do ponto de vista teórico, o conceito da economia solidária surgiu pela primeira vez no Brasil em 1993, por meio do autor chileno Luis Razeto (1993). Segundo o autor, a economia solidária é uma formulação teórica de caráter científico, elaborada a partir de diversas experiências econômicas, com características constitutivas de solidariedade, como o mutualismo, a cooperação e a autogestão comunitária. O autor enfatiza ainda que nessa economia prevalece uma racionalidade singular diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 40).

Nesse mesmo período, no Brasil, estudiosos como Inácio Gaiger, Paul Singer e Marcos Arruda discutem a economia solidária como uma elaboração conceitual em construção, na perspectiva do vir a ser, algo desejado, com indícios de organização semelhante aos descritos por Razeto (1993): um processo endógeno que emerge da práxis do cooperativismo autônomo, solidário e autogestionário (ARRUDA, 1996, p. 27).

¹³ Projeto criado em 1995, fundamentado no princípio da parceria entre governo e sociedade. Tinha como finalidade gerar recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater a pobreza e a exclusão social.

Para o economista Singer (2000, p. 13), a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Para o autor, a invenção e a expansão da economia solidária instituem “indícios de revoluções locais”, modificando as relações entre os atores sociais inseridos nesse processo de mudanças. Essas modificações podem manifestar-se na família, com o vizinho, com o morador da mesma quadra, criando redes de relações locais.

Já segundo Laville (2009, p. 42), a economia solidária trouxe ao debate público as noções de utilidade social e de interesse coletivo. Para este autor, em todos os casos, a fixação das regras econômicas inclui a voz daquelas e daqueles cuja expressão é habitualmente excluída pelas relações de força de uma economia dominada pelas lógicas de poder dos grandes grupos: as mulheres, os meios populares, os pequenos produtores.

Lechat (2002, p. 133), afirma ainda que as experiências concretas de economia solidária são extremamente heterogêneas. Estas são agrupadas pela autora em três tipos: “[...] os projetos alternativos formados por pessoas de baixa renda situadas à margem do mercado formal”, as “[...] cooperativas autogestionárias de trabalho ou de produção” e por fim, as “[...] empresas auto ou cogeridas pelos trabalhadores oriundos de empresas falidas do mercado informal”.

A autora também esboça as peculiaridades comuns aos empreendimentos com características solidárias, como a participação coletiva no trabalho e nas decisões de gestão, além, “[...] da posse coletiva dos bens e a repartição das sobras entre os trabalhadores, com eventual constituição de um fundo solidário para a criação de novos empreendimentos solidários.” (LECHAT, p. 133).

No caso do Conjunto Palmeiras, essas iniciativas surgem em 1998, a partir da criação do Banco Palmas¹⁴, de um cartão de crédito, o *Palmacard*, e, em meados da década de 2000, da criação de uma moeda própria denominada Palmas. Durante os últimos anos, também foram criadas microempresas, produtos de limpeza (Palmalimpe), uma cooperativa de costureiras (Incubadora Feminina), assim como a pousada Palmatur e o Projeto Elas.

De maneira sucinta, explicarei o surgimento dessas iniciativas no bairro. O

¹⁴ O Banco Palmas foi criado em 1998 pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), inaugurando, dentro dos movimentos populares, um novo perfil na luta das associações de moradores, constituindo-se num fato inédito na história das organizações populares no Ceará e no Brasil (RODRIGUES, 2001, p. 258).

Banco Palmas foi criado em 1998¹⁵, pela ASMOCONP, tendo como finalidade proporcionar, inicialmente, aos membros da associação, pequenos empréstimos¹⁶. No período de sua fundação, a sua carteira de crédito era de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), adquiridos da ONG CEARAH Periferia. Logo após o surgimento do Banco Palmas, foi criado um cartão de crédito, o *Palmacard*¹⁷. A criação do cartão tinha o propósito de viabilizar o consumo dos moradores do bairro nos estabelecimentos comerciais locais, ou seja, possibilitar o acesso aos gêneros de primeira necessidade, como alimentos e remédios, dentre outros. Ainda que de maneira rudimentar, havia o acompanhamento e o monitoramento do uso do cartão e da tomada de crédito no Banco Palmas, feitos com recurso tecnológico incipiente. No caso do *Palmacard*, utilizava-se um papel com a logomarca do cartão e, em seu verso, a relação das compras efetuadas. A cada compra, ambos, comprador e proprietário do comércio, assinavam o cartão. Na data do vencimento, *a priori* definido pelo cliente e pelo Banco, o morador dirigia-se à sede do Banco e efetuava o pagamento diretamente no Banco Palmas, que, por sua vez, efetuava o pagamento ao dono da mercearia.

Em relação à feira dos produtores locais – a loja solidária e o clube de trocas –, estes surgem com o propósito de ampliar a comercialização dos produtos oriundos do

¹⁵ Após o quarto mês de sua inauguração, a associação estabeleceu parceria com organizações de cooperação internacional – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) – e um novo empréstimo pôde ser feito. O início dessa trajetória foi marcado por muitas incertezas e dificuldades, mas, ao mesmo tempo, a sinergia gerava e impulsionava o grupo a desvendar novos caminhos organizativos, objetivando a geração de trabalho e renda e a satisfação subjetiva dos envolvidos. Ao final de seu primeiro ano, o banco possuía R\$15.000,00 (quinze mil reais) em carteira e 120 (cento e vinte) cartões entregues aos moradores (RODRIGUES, 2003, p. 48).

¹⁶ Na década de 1990, as lideranças do Conjunto Palmeiras organizaram um seminário chamado *Habitando o inabitável*. Do referido seminário, apontaram-se duas estratégias para a melhoria social do bairro: a criação da União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras (UAGOCONP) e o pacto para urbanizar o bairro no período de dez anos. Nessa perspectiva, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI). Além disso, foi criado também o jornal comunitário *Desperta Palmeiras*, o programa de rádio *Santo dias* e as publicações da cartilha *Memórias de nossas lutas*. No final da década de 1990, as lideranças realizaram um novo seminário para avaliar as propostas de melhoria para o bairro, pautadas no seminário *Habitando o inabitável*. De modo geral, segundo resultado da avaliação, o bairro havia avançado, contudo, apesar das melhorias de infraestrutura, como o canal de drenagem, a água potável, a iluminação pública, as linhas de transporte, dentre outros, o bairro contava com um contingente expressivo de habitantes em situação de pobreza. Por esta razão, foi deliberado, no referido seminário, um novo desafio: “[...] a criação de um projeto de geração de trabalho para o bairro. Foi dessa maneira que surgiu a ideia do Banco Palmas. (MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003).

¹⁷ Em relação ao *Palmacard*, Rodrigues (2003) aponta dois aspectos importantes a serem considerados: o primeiro concerne a desenvolver no bairro o consumo; o segundo, mais lento, embora essencial, era o de construir laços de confiança entre consumidor e comerciante. É que, segundo a autora, anteriormente ao uso do cartão, a relação da compra no crediário ocorria pelo uso da caderneta. Nesse modelo de crediário, muito comum em mercearias da periferia da cidade, o valor do produto é lançado somente na data do pagamento do produto, em geral com juros embutidos. No ato da compra, é anotado somente o nome do produto consumido.

próprio bairro. Nesses espaços, era comum o uso do cartão de crédito. De maneira mais específica, no clube de trocas, foi adotado uma moeda, o *Palmares*, que circulava somente no momento da troca, efetuada no referido clube.

A confecção da moeda *Palmares*, assim como do *Palmacard*, dava-se de maneira precária. De certo modo, a moeda *Palmares* foi usada durante pouco tempo, sendo substituída, por volta do ano de 2003, pelo *Palmas*, a moeda atual do bairro.

A moeda *Palmas* foi inicialmente utilizada de forma mais restrita na construção da *Palmatech*. Os trabalhadores responsáveis pela construção da escola *Palmatech*¹⁸ eram pagos em reais e em *Palmas*. Nesse período, alguns comércios locais, de forma tímida, aceitavam a moeda local como moeda de troca. A transação financeira era semelhante à realizada no uso do cartão de crédito, ou seja, cliente-comércio-Banco. Destaco, entretanto, a sofisticação na confecção da nova moeda, se comparada à primeira.

Atualmente, a moeda *Palmas* funciona por meio da permissão do Banco Central do Brasil, o que revela a ocorrência do processo de sua institucionalização. A moeda é aceita em diversos estabelecimentos comerciais do bairro, como mercearias, frigoríficos, farmácias, dentre outros, mas é importante ressaltar que há uma redução, mesmo que ínfima, em seu uso, tendo em vista que já foi aceita no transporte coletivo alternativo do bairro, assim como também no posto de gasolina localizado no Conjunto Palmeiras. Segundo depoimentos das lideranças locais, em meados da década de 2000, foi criado o sistema de compras coletivas. O intuito dessa iniciativa era a prática do consumo solidário¹⁹, preconizado por Mance (2002). Faziam parte dessa iniciativa moradores do Conjunto Palmeiras e de bairros vizinhos. As compras em geral eram feitas de pequenos produtores oriundos da agricultura familiar.

É interessante observar que, em geral, há, nas denominações dessas iniciativas, a vinculação ao nome do bairro, como *Palmalimpe*, *Banco Palmas*, *Palmas*, *Palmatech*, *Palmacard*. Segundo o coordenador do Banco Palmas, a estratégia principal

¹⁸ *Palmatech*/Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária proporciona cursos de formação, capacitação profissional, curso de gestão de empresas solidárias. Também é responsável pela organização do material didático e pela publicação de relatórios sobre o tema da economia solidária.

¹⁹ O modelo que Mance (2002) chama de consumo solidário é praticado com o objetivo de contribuir socialmente para o bem-viver de toda a coletividade: “O consumo solidário é praticado com o objetivo de contribuir socialmente para o bem-viver de toda coletividade, uma vez que é no consumo que a produção se completa. [...] Assim, com nossas escolhas de consumo, ao invés de contribuirmos na manutenção da exploração dos trabalhadores, reproduzindo uma sociedade capitalista, injusta, nós colaboramos [...] na construção de uma nova sociedade colaborativa e solidária”. (MANCE, 2002, p. 40).

com essa referência é fortalecer a imagem do bairro perante as iniciativas ditas solidárias.

Na perspectiva de expandir as alternativas relacionadas ao mercado vinculado aos produtores locais, as lideranças organizaram os grupos setoriais. Segundo as informações obtidas, o grupo setorial organizou-se por tipologias, ou seja, o produtor interessado em participar dessa iniciativa vinculava-se ao grupo por afinidade profissional. Também fui informada do que se esperava ao ingressar no grupo produtivo – “produzir coletivamente”, além de “agregar qualidade aos produtos” e “reduzir o preço ao consumidor”. Por esta razão, os grupos formados por tipologia passaram a ser financiados pelo Banco Palmas²⁰ e coordenados pelo integrante do próprio grupo.

Além das iniciativas mencionadas até o momento, acrescento a Incubadora Feminina²¹, criada pela coordenação do Banco Palmas com a finalidade de oportunizar espaços de convivência social às mulheres em situação de vulnerabilidade (dependentes químicos, prostitutas, dentre outras). Também foi criada a Companhia Bate Palmas, grupo musical que se apresenta em solenidades e festas dentro e fora do bairro.

Mais recentemente foi criada uma Pousada chamada Palmatur²² e o Projeto Elas, esse último tem como público-alvo as mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família²³. O projeto caracteriza-se pelo desenvolvimento de um conjunto de ações de “promoção”, “formação” e “orientação às mulheres do programa Bolsa Família”. A finalidade do projeto é a “inclusão socioproductiva, financeira e bancária destas mulheres”²⁴.

²⁰ Ver: MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres, ricas soluções*: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

²¹ A Incubadora Feminina “[...] é um projeto de segurança alimentar direcionado a mulheres em situação de risco pessoal e social, moradoras do Conjunto Palmeiras. A estratégia consiste em reintegrá-las ao circuito produtivo de forma a garantir-lhes cidadania e renda que assegure acesso ao alimento” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. 86).

²² A PALMATUR é um empreendimento de turismo comunitário desenvolvido pela Rede de Economia Solidária do Conjunto Palmeiras, constituído, inicialmente, por vinte mulheres moradoras do referido bairro, as quais foram capacitadas previamente. O objetivo da PALMATUR é promover o Conjunto Palmeiras como um destino turístico em Fortaleza, estimulando o desenvolvimento econômico local, tendo por base os princípios da sustentabilidade e da solidariedade (I Fórum de Turismo Comunitário Urbano no Conjunto Palmeiras). A PALMATUR advém de outro projeto desenvolvido pelo Conjunto Palmeiras, chamado Incubadora Feminina, que, ao longo dos dez anos de sua existência, já colaborou para a inserção no mercado de trabalho de, em média, 65% das 165 mulheres vinculadas ao projeto.

²³ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (PBM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais, está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Ver sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (<www.mds.gov.br>).

²⁴ Ver sítio do Banco Palmas (<www.bancopalmas.com.br>).

Paralelamente à criação dessas iniciativas denominadas solidárias, a ASMOCONP foi criando mecanismos metodológicos de acompanhamento dos possíveis impactos dessas iniciativas, como o mapeamento da produção e do consumo do Conjunto Palmeiras, além de constantes visitas domiciliares aos tomadores de crédito ou beneficiados pelas iniciativas mencionadas acima. Joaquim Melo²⁵, liderança local e coordenador do Banco Palmas, afirma que a intenção é mensurar o alcance das iniciativas solidárias.

De acordo com as leituras prévias acerca do assunto em tela, pude observar que concomitantemente às criações das iniciativas solidárias, crescia a participação das lideranças locais em palestras, seminários, fóruns nacionais e internacionais. Da mesma forma, fortalecia-se a imagem do bairro veiculada na *mídia* como um bairro de organização solidária. Recentemente, os relatos sobre o bairro, pautados na ideia de solidariedade, estão presentes no documentário intitulado: *Quem se importa*²⁶.

Nesse documentário, protagonizado por Joaquim Melo, os relatos sobre o bairro versam sobre a ideia de bairro lutador; contudo, há também o entrecruzamento do passado de lutas e do presente, vinculando a imagem do bairro à solidariedade. Notei que os relatos presentes no referido documentário reproduzem, de certa maneira, as mensagens encontradas em eventos e nas entrevistas.

Desse modo, embora os relatos sobre a construção do Conjunto Palmeiras, proferidos pelas lideranças locais, remetam constantemente a um passado de lutas em relação ao processo de construção do bairro, na minha linha interpretativa, esta profusão de narrativas confere, afirma e reafirma o passado do bairro, tornando-se assim narrativas míticas.

Na perspectiva do mito de origem, os relatos agora passam a incorporar, além dos episódios das lutas sociais, um novo componente à imagem do bairro solidário: “Eu vejo o Conjunto Palmeiras muito forte em relação às lutas, em relação à solidariedade” afirma Socorro Alves, diretora da ASMOCONP, e complementa:

Então o Conjunto Palmeiras hoje é uma marca para o movimento social e para a organização comunitária e para exemplo de vida, de garra e de coragem; o Conjunto Palmeiras hoje é um exemplo para outros lugares, não porque o poder público se preocupou, mas porque as pessoas do bairro

²⁵ Joaquim Melo também é coordenador do Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária, organização da sociedade civil de interesse público, criada no ano de 2003.

²⁶ *Quem se importa* é um documentário longa-metragem sobre empreendedores sociais no Brasil e ao redor do mundo. Ver o sítio do documentário (<www.quemseimporta.com.br>).

preservam suas histórias e valorizam sua história e procuram hoje preservar porque não é uma coisa fácil preservar a história, não é fácil. Por vários motivos, porque no passado teve vários problemas e muitos sofrimentos e muitas pessoas, quando se tem isso na vida ou individual ou coletivo, ela prefere esquecer. Em Fortaleza, tem muitos bairros que mudaram de nome para mudar a história como se isso apagasse a história, e a gente sabe que não apaga a história, mudando o nome. Acho que não é fácil guardar a história, nem na memória. Por exemplo, nós sofremos fome, apanhamos muita perseguição, muita exclusão das políticas públicas, a gente era um povo esquecido, não é fácil registrar essa história, e você guardar e você levar para sua vida, mas nós do Conjunto Palmeiras, nós achamos que isso é a coisa mais importante que a gente entendeu que é exatamente você guardar sua memória, para você não esquecer, para você continuar dando passos, quem dando passos mais longos e largos? Não sei, mas quem sabe caminhando para uma vida melhor, mais digna, mais solidária porque se a gente conseguiu sobreviver a tudo isso foi por conta também desse sentimento, dessa solidariedade que a gente tem no coração, que tem na nossa veia e por mais que a gente cresça, melhore de vida. O Palmeiras se desenvolveu, mas a gente não pode perder a identidade e a solidariedade.
(Socorro Alves, Diretora da ASMOCONP. Entrevista realizada em 24 de março de 2010)

Os relatos, portanto, são estratégias tanto de divulgação do bairro e de suas iniciativas, como de manutenção do espírito de mobilização da população local e incentivo às populações de outros bairros carentes – e são utilizadas em determinados momentos significativos que ocorrem dentro ou fora do bairro, mas, sobretudo, momentos que falem sobre o Conjunto Palmeiras. Nessa perspectiva, estes relatos são contados e rememorados também nas festas, nas solenidades, nos eventos ocorridos no bairro ou sobre o bairro.

4 Nós Fizemos da Tragédia uma Grife: Quando os Relatos são Ritualizados

Como já mostrou a antropologia nos estudos sobre os rituais, as solenidades reiteram com mais veemência os mitos. Desse modo, a teoria indica que são momentos particularmente importantes porque condensam diferentes aspectos da dinâmica social, dão visibilidade aos valores comuns, bem como às diferenças, aos conflitos e às tensões.

Diz Rodrigues (2012) ainda que a análise dos rituais tem sido objeto privilegiado do estudo das sociedades de pequena escala, como as estudadas pelos antropólogos, uma vez que todos ritualizamos e que as características dos rituais são momentos especiais para o pesquisador²⁷. Argumenta esta autora que a antropologia dos

²⁷ Ver: RODRIGUES, Fernanda. Banco Palmas: rituais de cidadania. In: RODRIGUES, Lea. *Rituais, dramas e performance*. Fortaleza: EDUFC, 2011.

estudos clássicos do século XX auxilia na apreensão dos “[...] fenômenos que buscamos compreender no presente”. (RODRIGUES, 2012, p. 9).

Para Peirano (2001), os rituais podem ser vistos como tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados, mais estáveis e, portanto, mais suscetíveis à análise, porque já são recortados em termos nativos. Desse modo, argumenta a autora, nos rituais “[...] há uma ordem que os estrutura, um sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo”. (PEIRANO, 2001, p. 4).

DaMatta (1997) afirma que falar em vida social é falar em ritualização. Segundo este autor, o mundo social é fundado em convenções e símbolos e, por esta razão, todas as ações sociais são realmente atos rituais ou atos passíveis de uma ritualização. Ao prefaciá-la obra de Van Gennep, DaMatta (1978) lembra que o rito também abarca aquilo que está aquém e além do mundo concreto e real do cotidiano. Por isso, argumenta o autor, “[...] o rito igualmente sugere e insinua a esperança de todos os homens no seu eterno desejo de passar e ficar, de esconder e mostrar, de controlar e libertar, numa permanente transformação do mundo e de si mesmo” (DAMATTA, 1978, p. 11).

Tomo esta argumentação sobre o sentido dos rituais, como mencionados pelos autores acima, para descrever um dia de solenidade ocorrida nas dependências da sede da ASMOCONP. Neste caso específico, verifico como os relatos das lutas e da imagem do bairro solidário são ritualizados.

O lugar escolhido para o evento não se dá ao acaso. A sala principal da sede da ASMOCONP, lugar da referida solenidade, é uma espécie de personificação dos relatos das lutas mencionadas nas narrativas anteriormente referidas. Faço notar as informações contidas no interior da supracitada sala: cartazes, banners, faixas, que se reportam à memória da construção do Conjunto Palmeiras, como, por exemplo, imagens das primeiras habitações, a construção em mutirão da sede da ASMOCONP, a construção do posto de saúde e da praça. Além disso, há uma maquete do bairro, assim como um mosaico de cartazes que vinculam a imagem do bairro à temática da solidariedade. Escrito acima das imagens, há a seguinte frase: “Deus criou o mundo e nós construímos o Palmeira”.

“Palmas, palmas!”, ouve-se a voz do coordenador do Banco Palmas, que inicia mais uma “solenidade²⁸”. “Alegria, minha gente, é mais um dia de festejar a

²⁸ No Conjunto Palmeiras é fácil observar a mistura dos rituais, que geralmente são classificados como inerentes às festas ou às solenidades. Utilizarei festa, solenidade e eventos como sinônimos.

vida”, fala o referido coordenador. Vestido com a *griffe* do bairro, a *Palma Fashion*, ele conduz todo o ritual da festa: chama todos os convidados externos para comporem a mesa e anima a plateia com ritmos musicais populares executados pela Companhia Bate Palmas.

A plateia é composta por moradores do bairro, normalmente aqueles beneficiados pelas iniciativas ditas solidárias; mas também por antigas lideranças locais, além de integrantes da comitiva do governo estadual ou federal. É comum comporem a plateia representantes de instituições consideradas parceiras²⁹ do bairro: ONGs, como as entidades que compõem a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária; representantes de partidos políticos, dentre outros. A todo o momento, imagina-se estar numa grande festa que foge ao *status* da solenidade. Por vezes, as falas são interrompidas por aplausos, estes orquestrados pelo coordenador, Joaquim Melo.

É comum nestas festas serem usadas palavras ou frases compatíveis com a linguagem utilizada pelos moradores no cotidiano do bairro. Como, por exemplo, “machorréi”, “mói de chifre”, “botando boneco” ou ainda expressões que denotam o campo espiritual como “ave Maria”, “Deus te abençoe”, “vá com Deus, vixe Nossa Senhora”³⁰.

Normalmente a abertura da solenidade é realizada por antigas lideranças do bairro, que, em suas falas, recontam ou se referem aos processos de lutas ocorridas no bairro, como a luta pela moradia, a luta pelos serviços básicos (água potável, energia, transporte). É comum também ressaltarem a união dos moradores na construção de áreas coletivas do bairro, como a praça, a primeira creche comunitária e a sede da ASMOCONP.

Após a abertura da solenidade, outra liderança retoma a fala do seu antecessor para mencionar as “lutas” atuais do bairro. Dessa maneira, vinculam lutas passadas com a imagem presente do bairro solidário. Para isto, o animador indaga à plateia: “Qual bairro de Fortaleza foi construído pelos seus próprios moradores?”. Ou:

²⁹ Ver no Apêndice A, a lista das instituições consideradas parceiras pelas lideranças do bairro.

³⁰ *Macho véi*: cara, amigo; *mói de chifre* (ou *chifí*): corno; *botando boneco*: enchendo o saco ou pondo dificuldade para fazer alguma coisa, dependendo da ocasião. Ex.: "Ele bebeu muito e ficou botando boneco." / "Ele tá botando boneco pra ir a praia." (ver *bunequeiro*); *ave, Maria*: dependendo da forma como é expressa, é uma interjeição de enfado (impressão desagradável, incômodo, zanga, aborrecimento) ou admiração; *Deus te abençoe*: vá em paz com Deus, com as bênçãos divinas – palavras e sentimentos de gratidão; *vá com Deus*: vá em paz com as bênçãos divinas. O significado, neste contexto, diz respeito a uma saudação amistosa, amigável, porém pode ter um sentido oposto, quando citado diante de uma situação desfavorável ou conflitante; *vixe Nossa Senhora*: Virgem Nossa Senhora. Conforme a conotação é uma interjeição de admiração ou espanto.

“Qual bairro manteve sua história e a transformou em uma marca de resistência?”. Ou ainda: “Como isso seria possível se não fosse pela solidariedade, pela cooperação, pela união?”.

Os relatos assim ritualizados buscam interagir com os sentimentos, as ações, os valores comuns ao cotidiano dos moradores do bairro, afinal, de alguma forma, todos os presentes à solenidade estão vinculados ao tema e às questões em pauta, já que são os elementos que, ao longo do tempo, foram acionados para definir o próprio bairro. Nesse momento, o discurso do coordenador coloca-se no mesmo nível dos moradores do Conjunto Palmeiras, no ponto culminante da festa – e é com esta postura que ele chama os convidados a se pronunciarem, direcionando estes depoimentos para o foco da solenidade, que geralmente contempla as ações voltadas para as melhorias no bairro.

Ainda nessa festa, podem-se observar, claramente, distinguindo-se do animador, as “assistentes”, pessoas que durante o ritual se vestem de forma diferente, embora denotem exercer funções de estreita ligação com as iniciativas ditas solidárias. A “farda” usada representa a sua posição no mundo cotidiano, no que se refere aos que coordenam o Banco. Ou, para citar DaMatta (1997, p. 76), “[...] representam as identidades sociais concretas que operam em todos os níveis da vida social”. Tais pessoas não atuam no palco principal, mas são fundamentais para a movimentação do espetáculo. Desde a responsável que fica na recepção auxiliando os lugares marcados *a priori* para os convidados, até a pessoa indicada para conceder as possíveis entrevistas, dependendo da temática da solenidade e das autoridades convidadas para o evento. É importante dizer que esta pessoa se veste de maneira singular em relação ao grupo, isto é, traje sem nenhuma identificação com as iniciativas, diferentemente do Joaquim e das assistentes.

Pode-se considerar que aquele momento se reveste de um caráter sagrado. Nele, os moradores ali presentes demonstram coesão e, por outro lado, podem realizar acordos a serem firmados em nome do bairro. Assim, nesse momento, ratifica-se, ou melhor, seria mais correto afirmar, personificam-se os relatos do bairro “lutador” e “solidário”.

Dessa maneira, ratifico DaMatta (1997, p. 77), quando este afirma que: “O mundo ritual é uma campo de oposições e junções, de destacamentos e integrações, de saliências e inibições de elementos”. Segundo ainda o autor é nesse processo que as “coisas do mundo” adquirem um sentido diferente e podem exprimir mais do que aquilo

que exprimem no seu contexto normal³¹. Argumenta ainda DaMatta (1997, p. 77) que “[...] o universo do ritual é o mundo do efetivamente arbitrário e do puramente ideológico”.

Para a realização deste ritual, geralmente há parcerias financeiras acordadas e/ou consolidadas. Neste sentido, um aperto de mão entre uma liderança e uma autoridade³² pode ser um ato carregado de significados no processo do ritual, conformando o seu campo simbólico. Ora, um aperto de mão no momento do rito pode representar uma tomada de decisão significativa para o grupo social presente, principalmente quando este vem após o discurso de um dos convidados. Ou ainda se tomarmos como referência a posição que esta pessoa ocupa na vida cotidiana. Por isso, o lugar definido *a priori* para aquela pessoa “sentar-se à mesa” torna-se imprescindível e um elemento importante a ser considerado na observação e interpretação do evento em seus aspectos simbólicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 10-14.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. **Relatório de atividades II**. Fortaleza: ASMOCONP; Banco Palmas, 2000.
- _____. Relatório de atividades II. Fortaleza: ASMOCONP; Banco Palmas, 2003.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso da vitrine: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992
- BRAGA, Elza Maria Franco. **Os labirintos da habitação popular: conjunturas, programas e atores**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

³¹ Nesse sentido, ressalta DaMatta (1997): “Minha posição é a de que o rito, como o mito, consegue colocar em *close up* as coisas do mundo social. Um dedo é apenas um dedo integrado a uma mão, e essa mão a um braço, e esse braço a um corpo. Mas, no momento em se coloca no dedo um anel que marcará o status matrimonial de uma pessoa, esse dedo muda de posição. Continua a ser um dedo, mas é ao mesmo tempo muito mais que isso” (DAMATTA, 1997, p. 77).

³² Estou denominando aqui de autoridade, indivíduos vindos da esfera do governo estadual ou organizações internacionais que tencionam colaborar financeiramente, ou de outra forma, com as iniciativas solidárias. Ou seja, o espetáculo é também uma forma de conferir legitimidade a essas experiências, de forma a conseguir essas parcerias.

- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-143.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- GONÇALVES, Alícia Ferreira. Relato de experiência: experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 132-142, jan./jun. 2008.
- LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 7-47, mar. 2009.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- MATOS, Kelma Socorro Lopes de. Palmeiras, novas respostas para velhas questões. A força na política da unidade. A socioeconomia solidária: ensaios de sociabilidade e cidadania no conjunto palmeiras. In: MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Palmeiras: registros de cidadania**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p. 38-55.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura dos mitos. In: _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1975.
- PEIRANO, Mariza G. S. **A análise antropológica de rituais**. Universidade de Brasília: 2000.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.
- RODRIGUES, Fernanda. Banco Palmas: rituais de cidadania. In: RODRIGUES, Lea. **Rituais, dramas e performance**. Fortaleza: UFC, 2011. p. 257-270.
- _____. A socioeconomia solidária: ensaios de sociabilidade e cidadania no Conjunto Palmeiras. In: MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Palmeiras: registros de cidadania**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p. 138-151.
- _____. **Socioeconomia solidária: tecendo novas relações sociais no Conjunto Palmeiras**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2003a.
- _____. Palmacard: no cotidiano do bairro, possibilidades de novas relações sociais. In: NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003b. p. 48-49.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. **Rituais na universidade: uma etnografia na Unicamp**. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. **Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil**. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2004.
- _____; LAVILLE, J-L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004b.

- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SILVA, José Borzachiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Ed., 1992.
- ASMOCONP/Banco Palmas. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Bahia, 2004.
- SINGER, Paul. **Utopia militante**. São Paulo: Vozes, 1999.
- PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia solidária como um projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- TURNER, V. **O processo ritual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.
- VIVEIROS DE CASTRO, M. Laura. Os sentidos do espetáculo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, 2002.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2000.